

Tudo na mesma

IV Fórum Nacional das CIS expõe descaso das Ifes em cumprir a Lei da Carreira da categoria

Entre os dias 2 e 4 de setembro foi realizado no auditório Dois Candangos da Universidade de Brasília (UnB) o IV Fórum Nacional das Comissões Internas de Supervisão do PCCTAE. O evento contou com a participação de diversas entidades de base da Fasubra e do Sinasef; dirigentes sindicais e militantes; membros das CIS; profissionais de recursos humanos de universidades e Cefets. Ao todo foram 162 pessoas credenciadas.

Na mesa de abertura estavam os coordenadores-gerais da Fasubra, Rolando Malvásio Júnior e Paulo Henrique dos Santos; os coordenadores do Sintfub, Antônio Cesar Oliveira Guedes e Cosmo José Balbino; o representante do Sinasef, Marcos de Oliveira Silva, e da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Afonso de Sousa. Representaram o SINTUFRJ os coordenadores sindicais Nivaldo Holmes, Nilce Corrêa, Roberto Gomes, Carmen Lúcia, Arnaldo Bandeira e a ativista de base Hilda Regina.

Mobilizar e pressionar

Para a Fasubra, o fórum das Cis é de extrema importância para a categoria, porque após sua realização os sindicatos formulam a política que será implementada nas bases.

No dia 2 de setembro, os representantes da UnB apresentaram os programas inerentes ao desenvolvimento dos integrantes da carreira. No dia 3, as palestras foram sobre políticas de governo referentes à carreira e gestão: Gestão por Competências, Capacitação, Avaliação de Desempenho, Dimensionamento e Racionalização. O dia 4 foi reservado aos grupos de trabalho.

O coordenador-geral da Fasubra, Paulo Henrique dos Santos, falou no fórum sobre Capacitação, Avaliação de Desempenho, Dimensionamento e Racionalização. Ele traçou um quadro sobre como os programas avançam nas Ifes. "Houve avanços em várias universidades, mas, na maioria delas não temos um plano de desenvolvimento institucional ou um plano do desenvolvimento dos servidores. Nos relatórios que já temos das entidades de base que fundamentaram nossa argumentação constatamos isso. Não estamos conseguindo fazer com que às administrações das universidades avancem na implantação efetiva do PCCTAE. As entidades de base estão atuando para mudar essa realidade, porque as instituições não estão investindo em programas de desenvolvimento", informou o dirigente, acrescentando: "A saída é a mobilização e tensionar para que as reitorias cumpram o que está na lei."

Antônio Guedes, do Sintfub e da CIS local, foi um dos responsáveis pela organização do fórum. Ele explicou que a reunião buscou um nivelamento nacional sobre o aprimoramento da carreira e saber como estão caminhando as comissões internas de supervisão do plano em todo o país. "Definimos algumas propostas – inclusive para a Fasubra – de criação de políticas relacionadas à avaliação de desempenho e racionalização, capacitação e qualificação, como a graduação em gestão pública nas universidades."

Segundo o sindicalista, o diagnóstico que se pode tirar do encontro é que existe uma deficiência de atuação das CIS locais. Ele acredita que a origem do problema está na Comissão Nacional de Supervisão (CNS), que não agenda reuniões, o que dificulta a qualificação, inclusive dos membros da CIS: "Há uma demanda da maioria de que a maior dificuldade diz respeito à Comissão Nacional. Essa foi a principal questão levantada no fórum e a gente pede a retomada das reuniões das CIS internas."

Nilce Corrêa, coordenadora do SINTUFRJ, concorda com as avaliações anteriores. Ela disse que várias universidades não têm sequer conhecimento do que é CIS. "E o mais grave, como houve novas eleições, é que muita gente nova e inexperiente passou a fazer parte das CIS. Eles não conhecem todos os decretos e o papel da CIS", disse a sindicalista, que defende que o MEC

treine os integrantes das comissões.

Nilce também lamentou a ausência do MEC no fórum, destacando que uma das propostas aprovadas na reunião é a de solicitação ao ministério para que oriente as Ifes sobre a necessidade legal de reconhecerem as CIS. “Está no decreto. É lei”, lembrou. A coordenadora avalia que pode ser uma questão política o fato de as administrações das Ifes acharem que o trabalho da Comissão, que é formada por representantes sindicais e das reitorias, é uma intromissão na gestão.

Para o coordenador do SINTUFRJ Nivaldo Holmes, as CIS não estão cumprindo o que está definido nas diretrizes legais, porque muitos ignoram o papel da Comissão. “O que passa também é que os setores de recursos humanos das Ifes veem as CIS como um braço dos sindicatos. Mas a Comissão é institucional e pode trabalhar em conjunto com as pró-reitorias na superação dos problemas e na fiscalização da implantação da carreira”, disse. Segundo ainda Nivaldo, foi definido que os membros das CIS devem integrar os grupos de trabalho sobre a carreira para justamente terem mais embasamento a respeito do tema.

Para o sindicalista, a inexistência da Comissão Nacional é um entrave para que as CIS internas atuem. “Não temos apoio institucional”, afirmou, citando como exemplo a própria UFRJ, que deixou o material da CIS interna nos corredores. “Funcionamos há quatro anos e não temos um espaço adequado para atender os servidores”, denunciou Nivaldo, que também é membro da CIS.

Segundo Nivaldo, uma ideia que surgiu no fórum nacional foi propor alteração na legislação que permitia a outros participantes na Comissão Nacional de Supervisão, como a Fasubra, por exemplo, convocá-la, além do governo. A Fasubra vai formalizar essa proposta, e enquanto isso os sindicatos locais devem continuar reivindicando o reconhecimento institucional das CIS internas.

Descaso com a CIS

O pouco-caso da UFRJ com a Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos técnicos-administrativos passou dos limites aceitáveis. Além de nunca ter sido liberada uma sala para a CIS funcionar adequadamente, conforme promessa do reitor, há 15 dias cerca de 20 caixas contendo documentos da categoria foram amontoadas no corredor do 8º andar do prédio da Reitoria, porque o espaço em que estavam entrou em obras.

Parte dos documentos empilhados sobre mesas são termos de opção assinados por trabalhadores de adesão à carreira. No restante das caixas que se encontravam no corredor estão os envelopes com documentos da categoria relativos à segunda fase de enquadramento para ser montado processo e arquivado. Além de diversos documentos da CIS e da antiga CPPTAE, e materiais de escritório.

O coordenador da CIS e dirigente do SINTUFRJ, Roberto Gomes, levou as caixas para uma sala emprestada pela FAU, que fica no térreo do prédio da Reitoria. Também foi para lá o armário de aço que guarda mais documentos da categoria.

1/7/2008

Regimento da CIS é aprovado com maioria

O primeiro ponto, o regimento da Comissão Interna de Supervisão, teve o parecer favorável aprovado por ampla maioria, com um pequeno destaque que não alterou o conteúdo. O conselheiro Roberto Gomes explicou que há dois anos os técnicos-administrativos aguardam essa decisão: “A partir desta data poderemos dinamizar o funcionamento, possibilitando que através dele e da resolução (que instituiu a Comissão na UFRJ, em 2005) tenhamos instrumentos que subsidiarão a participação dos membros nas atividades inerentes à CIS.

Teremos portanto um instrumento que facilitará a presença nas diversas atividades da qual os membros devem participar. Por outro lado, também temos condições de substituir os membros que, por qualquer motivo, não estejam cumprindo com o mandato para o qual foram eleitos. Creio que, a partir de hoje, a CIS terá uma nova dinâmica de funcionamento”, avaliou o conselheiro, que também faz parte da Comissão. A CIS agora vai reivindicar a infra-estrutura necessária para seu funcionamento. Mas já tem um telefone à disposição da categoria para esclarecimentos: 2598-1819.

2/5/2008

CIS sem regulamentação

O regimento da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira está na pauta. Segundo o conselheiro Roberto Gomes, a aprovação do regimento é um passo fundamental para efetivar a institucionalização da Comissão prevista em lei, regular o trabalho dos integrantes da CIS e regulamentar a instância no organograma da UFRJ. Mas, nesta sessão, era o 11o item da pauta, longe de ser analisado.

Marcelo Correia e Castro, relator de processo de um pensionista que pediu recurso ao enquadramento acha que o colegiado está engessado com essa enorme pauta e lamenta o fato de processos que dizem respeito a direitos demorarem tanto (esse teve origem em 2006).

Para o conselheiro Jéferson Salazar, os processos como os de recurso ao enquadramento – que representam direitos de servidores – deveriam ser objeto de uma sessão do Consuni convocada para esse fim, para dinamizar a pauta.

Segundo o conselheiro Agnaldo, os membros do colegiado estão discutindo uma proposta de mudança para agilizar os processos – a existência de Câmaras nas quais seriam discutidos assuntos mais específicos que, se houvesse consenso, não haveria necessidade de ir a plenário. Por exemplo, recursos do enquadramento de técnicos-administrativos.

29/3/2008

CIS, sem sala, trabalha no salão

Na quarta-feira, dia 26 de março, membros de uma subcomissão da Comissão Interna de Supervisão (CIS) executavam suas tarefas em pleno salão da Reitoria. A reivindicação de infra-estrutura e local adequado para o funcionamento da equipe incumbida de acompanhar nossa Carreira, feita reiteradas vezes à Administração Central, ainda aguarda a concretização do apoio assegurado.

3/12/2007

CIS: fórum reúne representantes de quase 50% das instituições federais

Inoperância da Comissão Nacional de Supervisão tem sido obstáculo para aprimoramento da carreira

O primeiro encontro regional das Comissões Internas de Supervisão, realizado dias 27 e 28 de novembro no salão Muniz Aragão, no Fórum de Ciência e Cultura, foi um êxito: reuniu representantes de comissões e setores de recursos humanos de 20 instituições da região Sudeste, quase 50% das instituições federais de ensino, incluindo Pedro II e centros federais de educação tecnológica.

Na troca de experiências, dúvidas e dificuldades, houve a constatação comum de um grave problema: a inoperância da Comissão Nacional de Supervisão (CNS) – representantes do governo, Fasubra, Ifes e Sinasefe é simplesmente uma barreira para a continuidade do

aprimoramento da Carreira.

Este e outros problemas a serem superados no PCCTAE estarão num documento que o fórum das CIS da região Sudeste enviará para a Fasubra e para a CNS. Entre eles, podem ser citados a pouca quantidade de níveis de capacitação (só há 4) e o pequeno número de padrões de vencimento (só há 16). Com a reforma da Previdência, os servidores terão que trabalhar mais tempo, e os 16 padrões estavam previstos para uma trajetória de 30 anos. Outro problema diz respeito aos percentuais de incentivo à qualificação, muito limitados. Por exemplo, o profissional da Classe D que tenha segundo grau e fizer mestrado terá direito a 20% de incentivo. Mas se fizer doutorado, não ganha nada.

Diagnóstico - A coordenadora do fórum na região Sudeste, Lúcia Vinhas (da UFF) aponta a importância do momento para superar dificuldades encontradas pelos membros das CIS. O diagnóstico é que o trabalho dos técnicos-administrativos eleitos, que é de supervisão, avaliação e fiscalização da implantação do PCCTAE, enfrenta dificuldades. "Somos pioneiros. Estamos abrindo caminho". Ela também aponta o problema da falta de reuniões da Comissão Nacional de Supervisão em 2007. É para lá que os problemas e necessidades de aprimoramento do plano detectados pelas comissões locais deveriam ser encaminhados para que fossem efetivamente solucionados. Outro problema, em muitas Ifes, está na relação da comissão com a administração.

"Muito bom. Sempre aprendemos muito. O Plano de Carreira tem falhas e, na medida do possível, temos que tentar corrigir. Nesse encontro colhemos idéias e experiência de outras Ifes onde está dando certo", comentou Aloísio Ribeiro, da CIS do Pedro II.

Isaias Gonçalves, da UFRJ destacou que, além da integração que proporcionou entre os membros das CIS o evento detectou problemas como a falta de interação em muitas ifes das CIS com os DRH. Segundo ele, poucas universidades apresentaram plano de desenvolvimento.

Na UFRJ, muitos problemas - O coordenador da CIS, Nivaldo Holmes relatou os problemas que a CIS da UFRJ ainda enfrenta por falta de infra-estrutura adequada, mas que o problema seria finalmente discutido com o reitor no fim da tarde do dia 29. "Depois de muitas tentativas de conseguir espaço na agenda do Aloísio Teixeira, marcamos essa audiência, onde cobraremos as providências prometidas, sendo a principal delas a cessão de espaço para a CIS funcionar", antecipou.

Acompanhado dos representantes da CIS, o reitor visitou, a sala do 8o andar do prédio da Reitoria, onde a comissão ocupa um espaço improvisado. "Ele subiu com a gente para ver a precariedade das condições de trabalho e se dispôs a resolver de maneira urgente", contou o coordenador adjunto Roberto Gomes.

Na audiência, eles colocaram sua preocupação também com o fato do Plano de Desenvolvimento Institucional não ter sido ainda aprovado. O PDI é necessário porque sem as metas de desenvolvimento da Universidade – uma exigência do governo e que deve incluir o Plano de Desenvolvimento da nossa carreira. "Só se pode traçar parâmetros da carreira – por exemplo metas de avaliação de desempenho e programas de capacitação - a partir da matriz maior que é o Desenvolvimento Institucional", explicou Gomes.

Os representantes da CIS explicaram que o Programa de Capacitação também não foi aprovado e que, apesar da Universidade promover capacitação nos moldes do PCCTAE, está irregular.

Aloísio Teixeira informou que vai retomar a discussão para aprovação do PDI.

Nivaldo e Gomes solicitaram também informações sobre matriz de alocação de vagas que está sendo discutida no âmbito da Andifes (associação dos reitores). A distribuição das vagas pelas instituições deveria estar sendo discutida na Comissão Nacional de Supervisão – fórum institucional com participação do governo, da Andifes e da Fasubra e Sinasefe – e não apenas na associação. O Reitor se dispôs a mandar todo material a respeito para a CIS.

27/11/2007

Encontro Regional das CIS

O I Encontro das Comissões Internas de Supervisão do Sudeste acontece nos dias 26 e 27 de novembro, a partir das 9h, no Salão Moniz Aragão, Fórum de Ciência e Cultura. O encontro tem como objetivo promover a integração das Comissões de Supervisão de Plano de Carreira das universidades federais do Sudeste através de trocas de experiências e elaboração de propostas que serão encaminhadas às administrações de cada instituição participante.

17/9/2007

URGENTE: A CIS CONVOCA

A Comissão Interna de Supervisão (CIS) divulga a lista dos servidores que fazem parte do 2º prazo de adesão ao plano para entrega de certificados para titulação. Estes servidores deverão entrar em contato através dos telefones institucionais 9802-4127 (Roberto) e 9803-0485 (Nivaldo) para agendar data, horário e local para a entrega de documentos.

Servidores que devem procurar a CIS (Comissão Interna de Supervisão)

Matrícula Siape	Nome do Servidor
0362187	Adão dos Santos
0360802	Afrânio Lineu Kritski
0367141	Alaíde Magalhães de Souza
0364308	Aluízio de Azevedo Sodre
0360625	Arnaldo Dias dos Santos
0367912	Benedita Maria das Dores
0640491	Cecília Gerseles da Conceição
0375116	Elenita da silva Lopes
1278326	Fernando de Souza Afonso
0369320	Francisco Nonato Nunes
0369600	Helena de Carvalho Martins
0361274	Jasub Manhaes Rodrigues
0366292	João Barbosa
0365523	João Pereira
0364952	Jose João da Silva
0360714	Jose Moraes
0364268	Jose Raimundo Coutinho de Carvalho
0362980	Luzia Costa Moitinho
0371489	Manoel Pereira Santiago
0375773	Maria da Anunciação Soeira de Mello
0022800	Maria Dantas de Jesus
0361814	Maria das Dores Silva Figueiredo
0377385	Maria de Fátima Victor da Silva
0374856	Maria Helena da Silva
0371982	Maria Helena de Lima
0372431	Marta Madalena Soares
0372529	Milton do Carmo
0361453	Misael Gerson Galvao
6372925	Norma Dora Mandarinino

0363448	Otto de Santiago
0361944	Virginia Correa de Andrade

8/5/2007

CIS quer apoio institucional

Os representantes da Comissão Interna de Supervisão (CIS) do Plano de Carreira entregaram ao reitor reivindicações protocoladas na gestão passada – e até durante a campanha para a reeleição – de infra-estrutura adequada para a equipe atuar.

A comissão é composta por membros eleitos pelo movimento, mas é um organismo institucional para fiscalização e acompanhamento da implantação do plano. A principal cobrança é de espaço. “A CIS hoje ocupa uma sala junto ao Protocolo (8º andar do prédio da Reitoria). Nem portaria de nomeação há. A Reitoria tem que fornecer a infra-estrutura. Precisamos de pessoal e material”, explica o coordenador Nivaldo Holmes.

Hoje o grupo, que tem 14 titulares e 7 suplentes, utiliza uma mesa e um computador para acompanhar a Carreira de mais de 8 mil trabalhadores.

Segundo Nivaldo, a Pró-Reitoria de Planejamento e a Superintendência de Serviços Gerais foram alertadas e buscaram espaço adequado para a Comissão, possivelmente na sala 831, junto à PR-4, por enquanto ocupada em função das obras no 8º andar.

24/3/2007

CIS: seminário nacional

Reunião em Brasília reúne representantes de todo país para tornar mais eficiente o trabalho das comissões

Mais de 150 pessoas participaram do encontro nacional das Comissões Internas de Supervisão, dias 21 e 22, em Brasília, promovido pela Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Fasubra. Estiveram presentes representantes das Ifes de todo o país, Fasubra, Sinasefe, MEC, das CIS, dos setores de Recursos Humanos e sindicatos filiados.

A proposta foi discutir problemas que as Comissões enfrentam e apontar caminhos, como explicou Fátima Reis, da Coordenação de Educação.

O temário do seminário constou um painel da realidade das CIS, Programa de Avaliação de Desempenho, Concepções de Avaliação, as diretrizes sob a concepção de avaliação de desempenho que queremos, programa de dimensionamento.

Representando a UFRJ, foram para o seminário da CIS Francisco de Assis, Nilce Correa, Carmem Coelho, Hilda Martins, Vanda Souza, Nivaldo Holmes, Roberto Gomes, Arnaldo, Francisco Carlos e Terezinha.

Nivaldo, coordenador da CIS da UFRJ, explica que, pelo que pôde observar, a situação nacional está estacionada porque a Comissão Nacional de Supervisão (CNS) não tem se reunido.

O tema que tomou o primeiro dia do encontro foi a avaliação de desempenho. “Há muitas dúvidas que os participantes levantaram. Foi importante para nivelar as informações”. Há perspectiva, segundo o coordenador, de realização de outro seminário, só para discutir dimensionamento de pessoal – porque a avaliação tornou-se o tema principal com a proximidade do prazo-limite dado pela legislação – 1o de junho.

A primeira mesa, de informes e reivindicações, possibilitou aos participantes a oportunidade de

debater com a coordenadora de Gestão de Pessoas do MEC, Maria do Socorro, Nina e aproveitaram para cobrar situações pendentes e a reanimação da CNS.

No segundo dia do evento, segundo o coordenador, os participantes se dedicaram ao trabalho de grupo com o objetivo de preparar uma diretriz em relação à avaliação de desempenho.

14/3/2007

CIS realiza balanço

Os componentes da Comissão decidiram subdivir do grupo em subcomissões para facilitar o desenvolvimento das atividades

A Comissão Interna de Supervisão (CIS) da UFRJ se reuniu na quarta-feira, dia 14, fez um balanço das atividades em 2007 e, segundo informou o coordenador Nivaldo Holmes e o coordenador-adjunto Roberto Gomes, relacionou as iniciativas para a concretização de programas importantes para a categoria. A CIS enviou para a PR-4 diversos comunicados em que solicita da Administração informação a respeito da implementação dos programas de desenvolvimento da Carreira.

Ao comunicado enviado pela CIS que solicitou informações sobre o Programa de Capacitação de Qualificação, o pró-reitor de Pessoal, Luis Afonso Mariz, informou que o programa se encontra no gabinete do reitor para as providências necessárias à adequação ao PDI e conseqüente publicação.

A CIS solicitou ainda informação a respeito da implantação da Progressão por Avaliação de Desempenho, conforme parâmetros estabelecidos nas resoluções da Comissão Nacional de Supervisão: a Pró-Reitoria explicou que já tem conhecimento dos documentos citados desde a sua publicação e está providenciando a sua implementação.

A Comissão lembrou à Pró-Reitoria os prazos para publicação, envio e implementação dos Programas de Avaliação de Desempenho e de Dimensionamento dos Servidores Técnicos Administrativos, que se esgotam em 1 de julho de 2007. A PR-4 disse que está ciente dos prazos.

Espaço - Os membros da Comissão solicitaram à Chefia de Gabinete solução para a divisão do espaço destinado à CIS, na sala 833, com o Setor de Protocolo da PR-4. Ainda não foi providenciado o fechamento com divisória, impossibilitando que a Comissão tenha privacidade no desenvolvimento das atividades.

Subcomissões - Os componentes da Comissão decidiram subdivir o grupo em subcomissões para facilitar o desenvolvimento das atividades: Na Subcomissão de Capacitação e Qualificação estão Ruy, Vanda, Francisco Carlos (titulares), Hilda e Carmen (suplentes).

Na Subcomissão de Dimensionamento e Ambientes Organizacionais estão Francisco de Assis, Nilce, Paulo Sérgio, e na Subcomissão de Avaliação de Desempenho estão Tatiana, Moacir, Terezinha, Neuza (titulares) e Arnaldo (suplentes).

Ficou definido também que a CIS trabalhará em conjunto com o GT-Carreira, com o propósito de facilitar o desenvolvimento das atividades da Comissão no que toca ao papel de elaborar propostas.

9/10/2006

Reitoria quer desalojar CIS

Em plena fase de conclusão dos trabalhos da 2ª etapa, que consiste na análise dos recursos da categoria, a Comissão de Enquadramento foi informada pela Reitoria que no dia 22 de outubro vai ter que mudar de local. Desde o início de sua instalação, a comissão funciona numa sala no andar térreo do prédio da Reitoria, próximo aos arquivos, o que facilita, principalmente nesta reta final, a pesquisa e checagem de informações para os cerca de 1.100 processos administrativos.

O aviso de saída foi dado, mas ninguém informa o motivo e para onde a comissão será levada. Integrantes da coordenação da comissão se reuniram com a vice-reitora, Sylvia Vargas, que ficou de verificar o que estava acontecendo. Na quinta-feira passada, a coordenação enviou correspondência ao reitor solicitando que ele informasse, também por escrito, as razões da mudança e o novo local.

Reunião – O chefe de gabinete do reitor, João Eduardo, marcou para esta segunda-feira, 9, às 14h, um encontro com a coordenação da comissão para discutir a questão.

18/9/2006

CIS: encontro nacional

A Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Fasubra convoca todos os integrantes das CIS e dirigentes sindicais de base para o 2o Seminário Nacional das Comissões Internas de Supervisão da Carreira, dias 5 e 6 de outubro, em Brasília.

O objetivo é avaliar a segunda etapa do enquadramento e as ações encaminhadas pela Fasubra, dentro da Comissão Nacional de Supervisão.

A Fasubra constatou que é preciso construir uma ação unificada que fortaleça a ação política da Comissão Nacional de Supervisão, e forneça instrumentos às CIS no desenvolvimento do seu papel como fiscalizadora e formuladora de propostas que possam contribuir para o avanço da Carreira, de acordo com os interesses da categoria.

As comissões são uma vitória da Fasubra. Uma conquista a partir da sua intervenção política, consolidada na Lei nº 11.091. Tão importante, que foi fonte de disputa: alguns reitores exigiam representantes da administração central na sua composição, mas a Federação conseguiu garantir que fosse integralmente constituída por representantes do movimento.

28/8/2006

Enquadramento: mil recursos

A coordenadora de Sistematização de Pessoal da PR-4, Maria Tereza Ramos, a Teça, num balanço prévio estima em cerca de mil o número dos recursos apresentados por servidores na segunda etapa de implantação da carreira. Teça, que é também vice-coordenadora da Comissão de Enquadramento, informou que o grupo está começando a analisar os processos de enquadramento por capacitação e percentual de qualificação. Na avaliação da funcionária da PR-4, o número (mil recursos) não é tão expressivo, levando-se em conta que instituições com menor número de servidores tiveram uma quantidade maior de recursos.

Quem teve o novo enquadramento publicado na segunda portaria (que saiu dia 11 de agosto) tem até o dia 8 de setembro para recorrer. Esta portaria incluiu cerca de mil servidores que aguardavam solução de pendência ainda da primeira etapa do enquadramento.

Nivaldo Holmes, da Comissão de Enquadramento e da Comissão Interna de Supervisão, alerta que as pessoas deste grupo que encontrarem problemas no seu enquadramento ou no percentual de qualificação não devem esperar o fim do prazo, mas se antecipar ao feriado de 7 de setembro.

Comissão pede ajuda – Nivaldo explica que a análise dos recursos ainda está na fase inicial. Até a última quinta-feira haviam sido analisados apenas 100. Ele faz um apelo aos membros da equipe que trabalharam na segunda fase: que compareçam à Comissão para auxiliar os demais, seja no atendimento aos servidores, seja para dar suporte ao trabalho do grupo. Nivaldo lembra que os membros da Comissão Interna de Supervisão são os mesmos da Comissão de Enquadramento, portanto com acúmulo de tarefa.

“Começamos conferindo os envelopes. Quem apresentou agora certificados que não tinha entregue para a segunda etapa, não estamos indeferindo ou deferindo o pedido, mas enviando relatórios para o MEC para que entre em compasso de espera”, explicou Nivaldo, comentando que entre os recursos há casos de servidores que estão pedindo que seja revista a consideração de cursos e cargas horárias.

Quem tiver dúvidas pode ligar para 2598-1790. A sala da Comissão fica nos fundos do antigo bandejão, no térreo da Reitoria.

Desempenho – Segundo Nivaldo, a PR-4 tem trabalhado em conjunto com a CIS na elaboração da proposta de Programa de Capacitação, Avaliação de desempenho e Dimensionamento da força de trabalho. “A PR-4 já está esboçando uma linha de ação, e a CIS está inserida nesta discussão”, diz ele.

Capacitação: calendário dos atrasados

Numa reunião com diretores da Fasubra na quinta, dia 24, o secretário adjunto do MEC, André Lázaro, informou que o pagamento dos atrasados do enquadramento por capacitação será feito em quatro parcelas na folha de setembro e mais duas parcelas na folha de outubro.

21/8/2006

Capacitação: atrasados só vão sair em SETEMBRO

Previsão inicial era a de que os valores seriam pagos em 3 parcelas a partir da folha de agosto

Em comunicado enviado no dia 18, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento avisou à Pró-Reitoria de Pessoal que os atrasados do enquadramento por capacitação (de janeiro a junho) serão recalculados automaticamente pelo SIAPE para serem pagos na folha de setembro, que é paga no início de outubro.

Comunicado anterior dizia que os valores seriam pagos em três parcelas a partir da folha de agosto. Com esse novo informe, o pagamento foi adiado, e segundo Maria Tereza Ramos, Teca, coordenadora de Sistematização de Pessoal da PR-4, o comunicado não especifica se o valor correspondente ao retroativo será pago de uma só vez ou em parcelas, como anteriormente previsto.

Quem saiu na nova portaria tem prazo até dia 10

Vai até o dia 10 de setembro a possibilidade daqueles servidores incluídos na portaria lançada dia 11 último (com a segunda etapa da Carreira, para o grupo de pouco mais de mil servidores que aguardava solução de alguma pendência) entrarem com recursos, caso verifiquem erro no enquadramento por nível de capacitação ou no percentual de incentivo à qualificação.

Para os demais, que já estavam com o novo enquadramento em agosto, o prazo para recurso – de que identifiquei erro no enquadramento nos níveis de capacitação ou nos percentuais por qualificação – se encerrou no dia 15. “Agora a gente vai começar a analisar os processos. Até ontem (dia 16) chegaram 800 processos. Hoje devem chegar mais, pois ainda há os que estão tramitando nas Unidades e na Dicom (Divisão de Gestão Documental)”, explicou Teca.

Existem algumas reclamações quanto aos percentuais de qualificação, mas como estes podem ser requeridos a qualquer tempo, o problema maior está mesmo concentrado no enquadramento por níveis de capacitação. Por exemplo, quanto a diplomas que não foram considerados ou cursos sem a carga horária necessária.

A Comissão tem 60 dias para responder aos recursos. Os servidores cujos pedidos forem indeferidos podem recorrer ao Consuni.

Avaliação de progressões

Segundo o decreto da Carreira, as próximas progressões por capacitação devem ser avaliadas à luz do novo Programa de Capacitação, dentro do um Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira. Profissionais da PR-4, de setores como a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal e a Divisão de Recursos Humanos, e da Comissão Interna de Supervisão já começam a se debruçar sobre o tema.

Até que haja o novo plano, no entanto, segundo Nivaldo Holmes, integrante da Comissão de Enquadramento e Interna de Supervisão, quanto aos pedidos de progressão (para quem adquiriu diploma a partir de 28 de fevereiro de 2005), a Reitoria pode considerar os parâmetros já utilizados – como adequação ao cargo, ambiente de trabalho, carga horária.

7/8/2006

Olho no prazo: recurso até dia 15

A Comissão de Enquadramento já recebeu pouco mais de 200 recursos. Quem quiser dar entrada em recurso sobre o enquadramento, quem tem dúvida, quem não concorda e acha que o diploma que apresentou deve ser considerado ou analisado de outra forma, deve fazê-lo até o dia 15. No caso dos ativos, o recurso tem que ser protocolado no setor de pessoal da sua unidade. Aposentados protocolam no Dicom no Fundão, ou na Praia Vermelha, no setor de cadastramento instalado no Fórum de Ciência e Cultura.

Nivaldo Holmes, membro da Comissão de Enquadramento, dá um exemplo: um diploma foi considerado como referente à educação formal, mas o servidor levou decreto com o qual provou que, neste caso, o curso deveria ser considerado como capacitação e que portanto deveria subir níveis e assim foi feito. Nivaldo lembra que as pessoas devem anexar, além do diploma/certificado, documentos que dêem suporte à solicitação para a Comissão avaliar.

“A unidade não deve barrar a iniciativa do servidor. Tem que deixar abrir o processo, mesmo que o recurso seja equivocado. A hora é agora, porque quem está nessa portaria tem até o dia 15”, explica.

O grupo de pouco mais de mil servidores cujo enquadramento atrasou em razão de algumas pendências, e cuja portaria sai esta semana, pode recorrer em até 30 dias depois da data da publicação.

Maria Teresa Ramos, da PR-4, lembra que, caso o que foi publicado na portaria não corresponda ao que saiu no contracheque, o problema deve ser levado direto à PR-4, para consertar o erro. Recurso só em caso de discordância com o que saiu na portaria.

Veja o passo-a-passo

- 1 – Imprima o requerimento para recurso na página da PR-4.
 - 2 – Anexe cópia dos diplomas/certificados, os quais o servidor acha que não foram analisados corretamente.
 - 3 – Abra processo no setor de recursos humanos da unidade, se ativo; se aposentado, no Dicom (na Reitoria) ou no setor de cadastramento da Praia Vermelha (no Fórum de Ciência e Cultura).
 - 4 – O processo é encaminhado à Comissão de Enquadramento, que tem 60 dias para dar parecer.
 - 5 – Se indeferido pela Comissão, o servidor pode ainda recorrer ao Conselho Universitário.
 - 6 – os efeitos financeiros, se o recurso for acatado, são retroativos: progressão por capacitação a janeiro de 2006 e percentual de qualificação a julho.
- Telefones para informação: 2598-1790 e 2598-1819

Qualificação: já se pode abrir processo

Quem tem diploma de educação formal e não o apresentou, ou concluiu o curso depois de 28 de fevereiro de 2005, já pode apresentar o documento para reivindicar a gratificação por Qualificação. O procedimento é o mesmo: abrir processo, na unidade (Departamento de Pessoal) que o encaminhará à PR-4.

Capacitação: regras ainda serão definidas

Para solicitar progressão por capacitação, por cursos também feitos a partir de 28 de fevereiro de 2005, cujo prazo, segundo o decreto de regulamentação da carreira, seria aberto em setembro, é preciso aguardar as regras que serão definidas na Comissão Nacional de Supervisão. Um requisito é, por exemplo, a existência do Plano de Desenvolvimento Institucional que contemple, por sua vez, um Plano de Desenvolvimento da Carreira, com programa de capacitação. O PDI, segundo a lei, deve estar pronto até 30 de setembro. Nivaldo Holmes, que também é da Comissão Interna de Supervisão (CIS), alerta que a orientação da Fasubra é a de que quem concluiu curso a partir de 28 de fevereiro de 2005 deve protocolar o diploma/certificado na unidade, solicitando a progressão por capacitação ou incentivo à qualificação.

“O MEC entende que o PDI tem que estar implementado (para aplicar a progressão por capacitação) e a Fasubra entende que não. Pelo menos, o servidor registra a conclusão do curso para garantir que, depois de análise futura pela PR-4 e se realmente fizer jus a progressão por capacitação, seja garantido a retroação à data do protocolo do requerimento na unidade”, explica Nivaldo.

Período de 10 a 13 de dezembro de 2007, ficando revogadas as disposições estatutárias e regimentais em contrário.